

O ESPECTRO

CASTIGO SEMANAL DA POLITICA

A. — E' um lugar muito decente.

B. — Quer v. dizer que é muito rendoso.

A. — Decente ou rendoso, tudo é a mesma coisa.

Chamfort — Dialogo XII.

Alguns raros deputados, animados do mais vil e indecoroso facciosismo, espiritos atacados d'um *pessimismo* revoltante — deputados da laia do sr. Oliveira Martins e do sr. Guerra Junqueiro — teem praticado em pleno parlamento a audacia de protestar contra os augmentos de despeza e o adicional de 6 por cento...

O que eu pasmo é como a maioria da camara ainda não resolveu votar, contra esses espiritos desvairados e perniciosos — a exclusão pura e simples.

Eu, no caso do sr. conselheiro Pinheiro Chagas, se fosse o pastor inspirado e venerando d'esse rebanho de paçôsvieiras e outros sergios-de-castro que são a gloria da actual geração politica, não estava nem com uma, nem com duas... nem mesmo

estava com tres! E mandava para a mesa da presidencia a seguinte

Proposta: — «Proponho que seja posta á votação a expulsão e exclusão perpetua do seio do augusto e luminoso areopago da representação nacional, de todo e qualquer representante da Soberania popular que, não sabendo elevar-se nas azas puras e gloriosas do genio á altura da gravidade das circumstancias, rasteja no pestilento charco d'um pessimismo mais que schopenhaueriano, fallando de crises que jámais assolaram a patria de Viriato e de João de Barros, fallando de pobrezas e miserias que jámais viram a luz do sol á sombra d'essa bandeira das quinas, que sempre tremulou óvante e impavida, desde Cacilhas até ao Cabo da Boa Esperança.»

* * *

D'este modo, tudo entrava nos seus eixos. Os senhores paçós-vieiras da nação portugueza — como diriam as *Farpas*, de saudosa memoria — votavam por uma d'aquellas maiorias que são o espanto da Europa, e creio mesmo que das duas Americas, a proposta radical do sr. Pinheiro Chagas.

E por esta fórma tão simples quanto parlamentar, acabavam-se as sessões tumultuosas e até as sessões nocturnas; acabava-se com os discursos d'uns certos deputados que teem a audacia de estar em desaccordo com as diplomacias hintzaceas e com as finanças castello-branquenses; e cada deputado da opposição já sabia o que tinha a fazer: — ou votar com a maioria, ou estar calado... senão, rua!

*
* * *

Como tudo então havia de marchar ás mil maravilhas!

Mandava-se fazer para o grande salão do ministerio dos estrangeiros um Portugal de borracha, com um dynamometro interior e um mostrador nas costas, afim de indicar exactamente a força de cada novo pontapé que o paiz recebesse de lord Salisbury.

Na camara, só fallavam os deputados da maioria. O sr. Pinheiro Chagas rouxinolisava pela 3724.^a vez ácerca das *cathedraes sonoras*, do *pendão das quinás*, e da *basilica do trabalho*. O sr. Paçô Vieira continuava pedindo a abolição do jury, para o governo metter na cadeia, sem outra fórmula de processo, as pessoas que não pensassem pela cabeça do sr. Hintze, e não janoteassem pelo modelo do sr. Arouca.

Em vez d'um adicional de *seis* por cento, votava-se um adicional de *quinhentos* por cento. E em vez d'um só visconde de Faria, fiscal dos consulados na Europa, com residencia em Paris — *mil* viscondes de Faria por cada consulado que fosse preciso e que não fosse preciso fiscalisar.

E depois d'isto, que viesse o sr. Oliveira Martins dizer para a camara que o sr. Franco Castello Branco «está n'este momento preparando o modo de regar o paiz com lagrimas...»

Que viesse! que se atrevesse! E o sr. Oliveira Martins ficaria sabendo para que se fez o Limoeiro, e para que se descobriu a costa d'Africa!...

Os leitores querem saber o que o idiota do actual gabinete francez — n'um paiz em que a situação financeira do Estado é um quasi nada superior á situação financeira em Portugal — se lembrou ha mezes de apresentar ao parlamento? ...

Por mais que procurem, por mais coisas extraordinarias, macabras ou comicas, que imaginem, — nunca poderão saber o que foi, se eu não tiver a caridade de lh'o dizer ... Ora oiçam:

O actual gabinete francez teve o descôco de apresentar ao parlamento um projecto de reduçãõ de despesas por cada ministerio, attendendo a que o orçamento andava aggravado com despesas, umas exageradas, outras inuteis!!!

*
* *

Mas isto ainda não é nada, para dar a medida da loucura e da insensatez politica e governativa d'uma nação, como a França — que muita gente ainda julga uma nação sufficientemente equilibrada ...

Que um gabinete, pela bôca do ministro da fazenda, venha apresentar á votação da camara um projecto de reduçãõ de despesas, — ainda se desculpa. Em Portugal, esse ministro e todos os seus companheiros de loucura seriam immediatamente agarrados, amarrados; punham-lhes colletes de força; — e a caminho de Rilhafolles!

Mas o que é assombroso, e o que dá uma perfeita ideia da decadencia politica e parlamentar a que desceu este paiz, em que infelizmente me vejo forçado a viver, — é haver uma camara, duas camaras, para votarem o projecto do ministro!!!!...

* * *

Até me parece pouco, para traduzir toda a indignação que ora agita os bicos da minha pobre pena, até me parece pouco — tres pontos de exclamação e uma reticencia.

Como agora vejo que essa parte da orthographia chamada *pontuação*, que trata dos pontos que se collocam no fim da «oração ou phrase que exprime surpresa, terror, desejo, sensação ou affecto subito» — é pobre em signaes graphicos!...

* * *

O dr. Macedo na sua grammatica só previu o — *Ai! Jesus! — Oh! que desgraça! — Olá! — Ui!...* Hoje, porém, em face d'um phenomeno tão assombroso como é uma redução de despesas n'um orçamento do Estado, urge inventar, descobrir, desenhar um novo ponto!

O de *interjeição* não basta. E como o sr. Arroyo ainda não teve occasião de mostrar á patria para que serviu a criação d'um ministerio d'instrucção publica, aqui lhe offereço um excellente meio para debutar — no mundo das ideias.

Reune quanto antes um congresso de grammaticos portuguezes. E diz-lhes, sereno, solemne e excessivamente genial:

— «Meus senhores!... Progresso, segundo os melhores auctores, quer dizer transformação, aperfeiçoamento, mas sobretudo progresso! A grammatica, que é uma das provincias do meu ministerio, não

quero que se conserve estacionaria! Meus senhores! E' preciso que a grammatica progrida!... Eu quero que ella progrida, e com o vosso auxilio e vossas luzes, ha de progredir! Meus senhores! A *interjeição* não basta, em face do que ha pouco se passou no parlamento francez. Todos sabem ao que alludo, e que tamanho abalo produziu no nosso governo. Meus senhores! A orthographia precisa descobrir um ponto. Vamos pois inventar um ponto!... Está aberto o congresso.»

* * *

Querem os leitores uma amostra da reduccão de despesas operada no orçamento francez?... Ahi vae.

Certos ministerios reduziram as suas despesas, para que podessem ser augmentados os orçamentos da guerra e da marinha, no que respeita ao augmento de effectivo e construcções navaes. Um d'esses ministerios foi o dos negocios estrangeiros. E uma das reduccões que fez — **foi a suppressão do consulado francez de Lisboa.**

* * *

Houve protestos e reclamações em alguns jornaes de Paris, contra a suppressão dos consulados em certas capitaes. E a isso respondeu o ministro dos estrangeiros, apoiado pela commissão do orçamento, o seguinte, que se lê no *Temps* de 1 de junho de 1890: — «que em certas capitaes onde ha «uma embaixada ou uma legação, e onde o numero

«dos negocios consulares não é consideravel, o consulado póde ser supprimido e o seu serviço gerido «por um dos funcionarios da embaixada; e que os «consulados só são mantidos nos pontos onde o numero dos negocios o exige.»

Eu nem mesmo calculo o que os leitores sentem ao lêr as linhas que, pallido de indignação, acabo de transcrever...

Eu por mim sinto que todos os cabellos e outros pêllos d'este meu corpo se põem em pé — de pasmo e de terror...

Sobretudo de terror!

Supprimirem um consulado... só porque... o numero... dos negocios... consulares... não é... consideravel...

Meu Deus! Para que damnado paiz e para que infernal republica me arremessou o cruel destino!

Estarei eu sonhando! Ou estarei eu doido?...

*
* *

Felizmente que ainda ha um bocado da Europa, conhecido nas cartas pelo nome de Portugal, onde estadistas como o sr. Hintze Ribeiro, não descem a semelhantes expedientes governativos.

O nosso paiz — a julgar pelos projectos de despeza do actual ministerio — está a nadar em ouro!... Parece que cada portuguez tem de renda annual, pelo menos, os seus seis contos de reis.

A prova que Portugal tem dinheiro em abundancia — segundo uma pittoresca theoria economica do *Economista* — é que deu 300 contos para a subscrição nacional! Portanto póde pagar mais impostos, e podem-se duplicar as despesas do Estado...

*
* * *

O sr. Hintze não só abunda nas mesmas theorias, mas até vae mais longe . . .

Na sua opinião mais que canecense, Portugal está atravessando a mesma crise que hoje afflige os Estados-Unidos, — que é o Estado soffrer de riqueza, havendo um excedente prodigioso de receitas. E apenas chegou ao largo do Calhariz, tratou logo de estudar o meio de pôr em movimento tanto ouro accumulado nos cofres publicos.

Como todo o chefe de partido que se preza, e que sabe collocar a barriga dos seus afilhados acima das conveniencias do serviço publico, — o sr. Hintze lançou um prévio rabo d'olho misericordioso sobre os *pobresinhos* do seu partido, espalhados por esta bola em que habitamos, e a que Christo — com uma ignorancia impropria d'um Deus — chamava um valle . . . o valle de lagrimas.

*
* * *

Foi n'um d'estes momentos de contemplação regeneradora, que Hintze disse com a sua sobrecasca de ferro:

— «Pobre visconde de Faria! Só o Barros Gomes era capaz de transferir de Paris para Bristol um funcionario que sempre faltou ao respeito aos seus superiores, graças ao apoio que esses bons sentimentos disciplinares encontravam da parte do chorado Arrobas, pesando com o seu nome e a sua influencia partidaria sobre o nosso não menos chorado Fontes . . .

«É verdade que o visconde continúa socegadamente em Paris, e diz alto e bom som que nunca ha de pôr os pés em Bristol... Mas basta a ideia de que é consul em Bristol e não em Paris, para atormentar profundamente este tão illustre quanto inutil funcionario...

«Se eu inventasse um logar muito decente, isto é, muito rendoso, de muito effeito decorativo e de nenhum trabalho nem responsabilidade...? Nós estamos a nadar em libras; nós não sabemos o que havemos de fazer a tanto ouro que atulha as arcas do thesouro...

«Vou fazer do nosso visconde, consul em Bristol, logar insignificante para as suas aptidões e meritos, e para quem tem prestado tantos serviços á patria — um fiscal de consulados na Europa, com residencia em Paris...

«D'este modo o visconde de Faria não terá de receber instrucções de nenhum ministro portuguez em Paris. Será assim um igual do ministro, podendo recommençar as inconveniencias e as intrigas que alli praticou em 88-89, emquanto foi ministro o conde de Valbom. E ao mesmo tempo a sua qualidade de *fiscal dos consulados na Europa* dar-lhe-ha direito a vexar a cada instante, por meio de syndicancias impertinentes, consules de 1.^a classe como barão de Roussado, Batalha Reis, Eça de Queiroz, Jayme de Seguiet, etc. etc.

«Juntando a esta agradavel e escandalosa posição official varios ordenados, emolumentos e commissões que attingam por anno uma somma de seis a nove contos de reis — parece-me que o visconde de Faria ha de ficar contente e satisfeito...»

*
* *

E o caso é que uma quinta-feira a sentinella do paço de Belem se perfilou deante d'um senhor de farda e chapéo armado, que trazia uma pasta encarnada debaixo do braço.

Esse senhor, de lunetas e espadim, foi introduzido junto d'El-Rei. Abriu a pasta encarnada. Tirou lá de dentro muitos papeis para El-Rei assignar. Entre outros, vinha a escandalosa nomeação do sr. visconde de Faria para fiscal de consulados na Europa, com residencia em Paris,—isto na mesma occasião em que o governo francez, **por economia**, supprimia o logar de consul de França em Lisboa e encarregára dos negocios consulares na capital um dos funcionarios da legação.

E El-Rei assignou a mais escandalosa das nomeações... Mas assignou-a — porque El-Rei não tem *nem a pratica, nem a experiencia dos negocios publicos*.

E na camara não houve nenhum deputado da opposição que tivesse a coragem de perguntar ao sr. Hintze o que significava aquella nomeação:— Se os consules portuguezes precisavam ser fiscalizados por não cumprirem com os seus deveres; ou se o sr. visconde de Faria queria o titulo vaidoso de fiscal para engordar o seu *rastaquerismo* e alimentar as ridiculas *réclames* que manda pôr nas columnas do *Figaro*, a tanto por linha.

Ninguem na camara para protestar contra semelhante nomeação; para perguntar aos ministros em nome de que moral ou de que direito está residindo em Paris o sr. visconde de Faria — *sem fazer nada* — e ganhando cerca de nove contos de reis de ordenado.

* * *

Em nome de que moral? em nome de que direito?...

Nem uma coisa, nem outra! Este sr. visconde custa ao contribuinte nove contos por anno — pela simples razão de que é elle que compra nos armazens de Paris, no *Louvre*, no *Bon Marché* e no *Printemps*, as sêdas, as rendas e os velludos de que precisam para as suas *toilettes* as senhoras dos nossos ministros!

Quando a esposa d'algum nosso estadista precisa fazer-se notar pela sua elegancia e originalidade, nos bailes da côrte, das embaixadas, da aristocracia, ou nas récitas de S. Carlos — escreve ao sr. visconde que vá ao *Louvre*, ou á rua de la Paix, ou aos grandes boulevards, a tal sitio onde se annuncia uma novidade, e que lh'a mande quanto antes, pelo correio, ou por algum portuguez que parta n'esse mesmo dia para Lisboa...

E é assim que o sr. visconde de Faria carrega todos os portuguezes de caixas, caixinhas e cartões, — para o que recebe do Estado o valor de dois ordenados de dois consules de 1.^a classe...

* * *

Esta situação é tão prodigiosamente comica e tão profundamente ridicula, que até é capaz de fazer rir o proprio sr. Antonio Ennes.

Por mais que procure n'este momento afinar a corda da indignação, — não ha meio...

A gargalhada invade-me, e a tal ponto, que até me chegam as lagrimas aos olhos!

.....

Afinal, quem tem razão é o sr. Hintze que nomeia o sr. visconde de Faria;—e o sr. visconde de Faria que recebe, convicto da importancia do seu emprego, o rico ordenadinho, todos os mezes!

Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso. A politica dos ministros francezes consiste, entre muitas outras coisas, em procurar reduzir as despesas do Estado, melhorando assim outros serviços publicos, ou alliviando o contribuinte. A politica portugueza consiste positivamente no contrario: augmentar as despesas, desorganisar os serviços publicos, e procurar arrazar o contribuinte...

O governo francez considera demasiado luxo um consul em Lisboa, n'uma capital onde o movimento consular não é excessivo—e supprime o consulado.

O actual governo, não satisfeito com um consulado em Paris—cria dictatorialmente uma *fiscalisação* dos consulados portuguezes na Europa, com séde em Paris!!!

*
* *

Já temos um fiscal—o sr. visconde de Faria.

A'manhã teremos—um vice-fiscal.

Depois—um fiscal substituto.

Depois—meia dúzia de secretarios.

Depois—um fiscal do fiscal.

Depois—um fiscal do fiscal do fiscal.

Depois — um fiscalão.

Depois — um fiscalissimo.

E assim por diante — emquanto houver *regeneradores* que seja preciso anichar, e emquanto houver *afilhados* que desejem vir para Paris.

*
* *

O anno passado, um alto funcionario do commissariado geral da Exposição de Paris, abysmado com as despesas inuteis que se faziam com a installação da secção industrial portugueza e com a onda de commissarios portuguezes, empregados e guardas que chegavam ao Campo de Marte, — dizia a alguém que fazia parte das nossas secções:

— *Mais vous êtes des millionnaires! Vous ne savez que faire de votre argent!...*

Esta reflexão acode-me agora aos bicos da penna, como a unica critica possivel da nossa politica e da nossa administração.

Nós somos simplesmente — uns estupendos perularios!

Qualquer ministro portuguez que na sua vida particular gastasse os seus rendimentos, com a mesma desenvoltura com que costuma gastar o dinheiro dos contribuintes — o menos que lhe acontecia era ser dado por prodigo.

Mas um ministro — principalmente um ministro em dictadura — tem o direito de praticar quantas loucuras lhe vierem á cabeça.

O contribuinte é considerado como um servo, tendo por obrigação pagar os impostos que o governo exige, negando-se-lhe o direito de protestar contra o modo como se dispõe do seu dinheiro.

Estamos ainda no periodo barbaro em que o imposto não era mais do que a exploração da casta vencida pela casta conquistadora. O opprimido só servia para satisfazer as necessidades e os caprichos dos seus senhores, dos oppressores.

E ainda não é de nossos dias que o *imposto* ha de ser considerado pelas nossos politicos de Caneças e outros sitios sertanejos, como — «uma porção dos bens dos particulares que os governos consagram ás necessidades do corpo social.»

*
* *

Entre nós o *imposto* pôde assim definir-se, com a maxima exactidão — «a porção dos bens dos particulares que os governos consagram ás necessidades dos afilhados.»

E quando os povos d'um concelho precisam d'uma estrada, d'uma escola, d'um hospital, d'um rio bem canalizado; quando os povos se lembram de pedir em troca dos impostos que pagam annualmente, alguns melhoramentos nos serviços publicos, — os seus representantes em côrtes teem de andar pelas ante-camaras do Terreiro do Paço, como pedintes, como mendigos, a implorar a caridade dos ministros.

É o que ha de mais vergonhoso e de mais revoltante...

*
* *

E ainda ha divertidos historiadores que affirmam que o *absolutismo* acabou com o sr. D. Miguel, e

que a *liberdade* começou para nós no dia 24 de julho de 1834.

Mas o sr. D. Miguel era o *absolutismo* sincero e franco; emquanto que isso que para ahí ha, e que se chama *liberdade*, não passa d'um absolutismo disfarçado e hypocrita.

Então os senhores imaginam que *absolutismo* é apenas— «a fôrma de governo na qual o chefe do Estado gosa d'um poder sem exame (regular) e sem limites? . . . »

Estão vossas senhorias redondamente enganados. O *absolutismo* tambem existe n'um Estado como o nosso, com uma assembleia popular cuja maioria é forjada no ministerio do reino.

Emquanto no nosso paiz o dinheiro dos contribuintes fôr a arma com que o governo corrompe e desmoralisa os eleitores; emquanto as auctoridades fiscaes se servirem das matrizes para arrancar pelo terror o voto das mãos do lavrador; emquanto as auctoridades administrativas ameaçarem com o serviço militar todos aquelles que não votarem com o governo; emquanto o mais descarado e o mais desaforado *chantage* eleitoral fôr o meio decente de que os ministerios se servem para terem uma camara de sua feição; emquanto semelhantes torpezas e indignidades politicas se praticarem em Portugal—a fôrma do chamado governo liberal continuará sendo . . . o *absolutismo*!

*
* *

E se assim não fosse; se os governos não tivessem a certeza que teem o paiz escravizado pelos impostos e pelo terror do serviço militar obrigato-

rio, que os operarios das officinas e dos campos podem amanhã ser penhorados pelo fisco, e os rapazes das officinas e dos campos podem amanhã ser mettidos nas casernas ou mandados para a Africa; se os governos não tivessem a certeza que a massa dos eleitores vive na mais absoluta ignorancia do que vale o *voto* n'um Estado livre;—os governos nunca se atreveriam, nem a proclamarem-se em dictadura, nem a supprimirem a liberdade d'imprensa, d'associação e de reunião, nem a inventarem despezas militares para augmentar a fortuna dos fornecedores do partido, nem a lançarem impostos, nem a gastarem centenas de contos com ordenados a afilhados, galopins e outros parasitas do Estado.

Se tudo isto assim não fosse, nenhum governo se atreveria a fazer o que n'estes seis mezes tem feito o gabinete *regenerador*, com applauso d'uma maioria fabricada no Terreiro do Paço—aliás teriamos a revolução no meio da rua.

Mariano Pina.